

I – 1978

Fernando Henrique Cardoso
Eduardo P. Graeff (org.)

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

CARDOSO, FH. GRAEFF, EP., org. 1978. In: *Perspectivas: Fernando Henrique Cardoso: idéias e atuação política* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008, pp. 3-16. ISBN: 978-85-99662-67-0. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

I

1978

A CANDIDATURA²

Como você vê a atual situação política no Brasil?

- Eu acho que o regime autoritário está chegando ao fim; ele se exauriu social e economicamente a partir da crise do petróleo e da crise de uma economia de mercado que cresceu desordenadamente e hoje se encontra “sobregirada”. Tudo isso se agrava pela dependência estrutural da economia, que obriga a importar equipamentos e insumos básicos, sobrecarregando a balança de pagamentos; quando se contraem as exportações ou o seu valor, a dívida externa cresce em progressão geométrica para financiar os instrumentos internos.

- Tudo isso rompeu a unidade do bloco governante. As classes médias, a Igreja e os intelectuais e estudantes, principalmente, reorganizaram-se e começaram a pressionar. Mais recentemente os líderes sindicais e o movimento operário ampliaram esta pressão. Diante disso — e considerando a inflação e a dívida externa — os antigos pilares do regime se abalaram. Inclusive militares.

Qual é o sentido de sua candidatura ao Senado?

- Politicamente o MDB é uma frente oposicionista que, a partir das eleições de 1974, nas quais derrotou o governo, passou a ter apoio popular e a significar um canal político de protesto. Na conjuntura atual eu creio que esta frente deve manter-se unida e, ao mesmo tempo, deve abrigar as oposições extraparlamentares (os movimentos de base da Igreja, a luta pela anistia, as lutas dos profissionais liberais, dos advogados sobretudo, pela volta do Estado de Direito, etc.) e ganhar maior nitidez interna. Eu estou lutando para conseguir uma sub-legenda no MDB, ou seja, haverá dois ou três candidatos ao Senado por cada partido, cujos votos seriam para a legenda; o candidato mais votado do partido que somar o maior número de votos será o eleito. Se conseguirmos isso, dentro do MDB, será possível agrupar nessa sub-legenda os candidatos à Câmara Federal e à Assembléia Estadual que forem mais conseqüentes. Não haverá, portanto, divisão alguma da frente oposicionista; ao contrário, ela se ampliará, dando uma saída eleitoral para as oposições extrapartidárias.

Há rumores na imprensa sobre sua participação na criação de um futuro PS. Qual é o fundamento disso?

- Hoje se especula muito no Brasil sobre a reorganização do quadro partidário. Eu acho que isso é salutar, desde que não haja precipitação nem ruptura da frente oposicionista unida em torno do MDB. Primeiro as eleições, a volta ao Estado de Direito; depois os novos partidos.

- Quanto ao PS estritamente, eu acho que é cedo para avaliar a forma que os agrupamentos políticos populares irão adotar. Fala-se também no PTB. Eu diria que o importante será dispormos de organizações políticas que sejam populares, democráticas e nacionais (mas no sentido de povo e não de Estado-forte). Não vejo sentido na criação de partidos ideológicos desligados da massa e apoiados pela universidade. Se é a esse tipo de partido que o noticiário se refere denominando-o PS, ele não tem meu apoio. Tampouco creio que um partido puramente eleitoral, ainda que de massas e que busque identificação com o populismo, corresponda às necessidades presentes, pelo menos de São Paulo, onde existe a maior concentração de trabalhadores do país. Sou favorável a partidos que expressem as preferências dos trabalhadores e dos assalariados, sem personalismos, e que encorajem um horizonte de opções socialistas, mas na prática e não abstratamente.

- Ora, um partido deste tipo vai depender muito mais da força social dos trabalhadores e assalariados, de suas lideranças legítimas, da pressão das comunidades de base da periferia das grandes cidades, do que de

² Da entrevista à *Revista de Política*. México, maio de 1978.

um punhado de intelectuais ou de políticos profissionais. Estes são necessários, mas deverão unir-se à dinâmica popular. Por isso, só no futuro poderei ver com mais clareza que tipo de partidos surgirão e poderão ter meu apoio.

PERSPECTIVAS DA OPOSIÇÃO³

(...) É óbvio que a ampliação da frente emedebista se fará para alcançar o objetivo número um das oposições: estado de direito, anistia, Constituinte, liberdades fundamentais.

Entretanto, pelo menos para uma parte significativa das oposições, isto já não é suficiente. Será preciso não só desmistificar o jogo político atual e restabelecer a decência e a semântica (basta dizer que a escolha monárquica do presidente teria recaído, a crer em certos comentaristas, num general-candidato que seria “de centroesquerda”...) mas também propor algo novo.

Eu acho que a maioria da população está cansada de farsa. O palavreado sobre as convenções da Arena, sobre a seleção dos candidatos a candidato aos governos estaduais, sobre os biônicos, etc. produz enjôo de estômago nas pessoas de boa fé. E acho também que é preciso dar o nome aos bois: eu sou favorável, sem subterfúgios, a um programa político para o Brasil que favoreça políticas mais *igualitárias* (na distribuição da renda, na divisão do bolo entre as regiões do país, no estilo de produção industrial que será implantado, etc.) e' que assegure maior *participação popular* nas decisões e no controle das políticas. Isso de modo amplo: não só — embora a partir daí — através de eleições diretas e da *democratização interna* dos partidos, mas também na discussão pública das questões nacionais. Tanto, por exemplo, na questão da localização de um aeroporto como o de Caucaia, quanto na questão atômica (pois sem que se esclareça melhor a política oficial será difícil mais tarde, quando for necessário, contar com o povo para sustentar essa política), na questão dos níveis salariais, nas questões educacionais, nas questões urbanas, etc., etc. E sou favorável também a uma política de defesa dos interesses nacionais que não confunda a nação com o Estado e que dê preeminência às aspirações populares na valorização da política nacional. Só a partir deste ângulo se completa a discussão sobre a independência econômica e o fortalecimento do Estado-nação.

Acho que já é mais do que hora de as tendências populares e substantivamente democráticas do MDB darem o passo necessário para — sem quebrar a grande frente de oposição política ao estado de exceção — ganharem o apoio estável das camadas de assalariados em sentido amplo. Ou bem as oposições políticas se reencontram com os movimentos da base da sociedade (do nascente impulso sindical, das comunidades de base, das associações educacionais, dos movimentos das mulheres e dos negros, das lutas da periferia), ou seu empenho parlamentar pela reconstitucionalização corre o risco de ficar isolado e será flanqueado pelos “diálogos”, “salvaguardas” e outros expedientes que os fabricantes da política de “centro-esquerda” do regime estão preparando.

Já não basta, para setores importantes das oposições, a denúncia das injustiças sociais e o clamor por melhores salários. Será preciso que a oposição se junte, na prática, à articulação das campanhas que a base da sociedade, especialmente os jovens e os homens da periferia, começam a encetar contra essas injustiças e por melhores condições de vida. E não me refiro apenas aos movimentos populares. Também os da classe média devem ser incluídos. Para mim o “partido dos assalariados” deve englobar as lutas do professorado, do funcionalismo público, dos médicos-empregados, dos jornalistas, enfim, de todos quantos sentem em seus bolsos e em suas almas o peso de uma sociedade injusta, desigual e cujos centros de decisão estão sempre afastados daqueles que vão sofrer as conseqüências das políticas adotadas pelas elites de poder, onde quer que se situem (nas fábricas, nas escolas, nos hospitais, na burocracia, etc.).

Tenho insistido há muito e volto a fazê-lo: não se trata apenas de propor a democratização do regime; é preciso lutar pela democratização da sociedade. E este processo é abrangente: ele vai desde a relação na família e na escola até à relação no trabalho. Democratizar substantivamente não quer dizer declinar do princípio da direção. Quer dizer que a ordem há de ser explicitada em seus fundamentos e assegurada pelo conhecimento das necessidades e pela força que só a *deliberação* assegura. Deliberar não quer dizer impor a partir da vontade cega (como na escolha do sucessor do presidente), mas quer dizer analisar, escolher o

³ Escrito em fevereiro de 1975.

caminho com conhecimento de causa e compartilhar com os que obedecerão a decisão os elementos de juízo.

Um partido moderno e uma oposição à altura do desafio brasileiro não de pelo menos começar a pôr em prática tais princípios, que de resto são parte constitutiva das democracias avançadas contemporâneas. A construção de uma ordem social e econômica mais justa só será possível se formos capazes de criar simultaneamente um movimento político que seja radicalmente democrático e possa fundir o anseio da liberdade nos termos práticos da construção de um sistema econômico mais igualitário e de uma ordem social mais justa. No mundo contemporâneo, toda oposição radicalmente democrática aponta para o horizonte da formação de sociedades mais igualitárias e participatórias. Eu acho que é mais do que tempo de as oposições democráticas brasileiras assumirem a contemporaneidade do desafio que têm pela frente.

Repito: seria insensato imaginar que a grande frente oposicionista que se está constituindo pudesse orientar-se, no seu conjunto, pelos ideais acima. Ela se forma para propor a re-arrumação da casa. Mas a qualidade desta frente só dará um salto verdadeiro se dentro dela for possível individualizar tendências e apontar caminhos que não se restrinjam ao imediato. A fusão entre os imperativos da conjuntura e o horizonte de opções de mais longo prazo é o que distingue o oportunismo e o puro utopismo da verdadeira política. E é esta que está a desafiar o empenho e a imaginação de todos nós.

A SAÍDA CIVIL⁴

Na semana passada, um esdrúxulo “colégio eleitoral” consagrou o novo governador de São Paulo. Ao vencedor, as batatas. Por muito menos do que o alegado contra o Sr. Paulo Maluf — e tão pouco provado lá como aqui — o presidente da Itália renunciou. Porque, bem ou mal, na Europa se mantém a noção de dignidade do cargo. Entre nós, a acusação de comprometimento com a corrupção já não comove. E um “governo revolucionário” que se propunha à moralização da vida pública com Ademar de Barros encerra seu ciclo de “reformas” entronizando no governo do principal Estado do País um homem que, independentemente de outras considerações e da veracidade das acusações, não conseguiu desfazer a imagem do “rouba, mas faz”, ou melhor, “rouba, mas leva”. Será isso o Brasil?

Não creio. Este é o lado velho do Brasil. É o lado da insensibilidade dos que, por muito governarem sem o povo, esquecem-se de que nus estão eles, está o Rei, e não nós. Este nós não é apenas o MDB, ou as oposições. Este nós é um País inteiro que sente que algo precisa ser mudado, que vai mudar e que é preciso contribuir para uma saída construtiva.

Os leitores sabem que não hesitei em apoiar a indicação do general Euler pelo MDB. Que não acredito na solução do impasse atual pela via: autoritária, através da indicação de um delfim pelo Imperador, sem consultar sequer as Forças Armadas, quanto mais nós outros, eleitores desarmados. Não está em jogo apenas uma questão de ritmo — “lento, gradual e seguro”. Está em jogo uma questão de método, de estilo, de conteúdo. Uma distensão, mesmo que desejada pelo Presidente (coisa que não duvido e nem há que negar que o governo Geisel fez esforços para controlar as torturas e para alargar as brechas pelas quais a informação flui), mas que passa pela “bionocracia” e por “escolhas” do tipo da que se fez em São Paulo, tem seus dias contados. Ou é substituída de fato pela democracia, ou gera os germes da corrupção e da desmoralização que alimentam as forças da direita, sempre ávidas de ver em conspirações esquerdistas o mal do mundo, mesmo quando o favoritismo, a avidez da ganância, a concentração da riqueza e a irresponsabilidade política dos donos do poder sejam as causas reais da pressão social hoje existente.

É nesse contexto que se impõe uma solução civil. Que é isso, nos dias de hoje?

É, em primeiro lugar, a convicção de que a reconstrução democrática para mudar as estruturas sociais e econômicas em benefício dos marginalizados pela miséria, dos trabalhadores e dos assalariados da classe média, requer uma visão não oportunística e de longo prazo. Apoiei o general Euler porque ele, como militar da reserva e embora com um passado de sustentação ao regime, entendeu num dado momento que para mudar e melhorar o Brasil é preciso desfazer as falsas oposições, os preconceitos, o entrincheiramento de tudo e de todos em estreitas posições de interesse personalista. Saiu do seu meio militar, sem denegri-lo, e se incorporou à luta política, entrando no MDB, na Oposição, participando da convenção, dos comícios, do

⁴ *Folha de São Paulo*, 10 de setembro de 1978.

debate público com o povo nos sindicatos, na imprensa e nas ruas. Deixou o Estado para abrir-se à sociedade civil.

É este o ponto fundamental. A reconstrução democrática real só se fará através da sociedade civil. Isto não exclui o Estado e as Forças Armadas. Mas dá prioridade a um estilo de política que sabe que sem povo não há democracia nunca, seja ela lenta ou rápida.

Se é assim, o 15 de outubro — a “eleição” presidencial — é apenas um momento da luta democrática. E talvez não seja sequer o mais importante. Não apenas porque as eleições são “indiretas” e, portanto, mais facilmente controláveis. Mas porque todas elas no regime atual, mesmo as diretas, com a lei Falcão em cima, bipartidarismo e tudo o mais, são instrumentos precários para a afirmação da vontade nacional e popular.

A saída civil implica entender que depois de 15 de outubro virá o 15 de novembro e que entre novembro e março serão jogadas as cartas decisivas.

Evitemos os equívocos: de pouco valeria liquidar o regime autoritário com um golpe militar. Não é essa a proposta do general Euler e muito menos a do MDB. Será preciso mobilizar a sociedade, utilizar o 15 de novembro para assegurar uma vitória tão esmagadora da Oposição que destrua os farrapos, não diria da legitimidade, pois que esta não existe, mas da credibilidade na capacidade do exercício do poder por parte dos usurpadores biônicos, sejam eles senadores, governadores ou presidentes.

Para isso é necessário que o candidato do MDB à Presidência denuncie e critique o arbítrio. Não no desespero da derrota. Mas na confiança de que milhões de brasileiros compreendem hoje que o que está em jogo entre nós é a reconstrução nacional.

Será esse o momento glorioso daqueles que têm simbolizado a luta pela democracia, como Ulisses Guimarães e Paulo Brossard, juntarem suas vozes fortes aos toques de clarim dos militares que não querem golpes, nem os da tropa nem os dos Atos, para que a Nação sinta que há um rumo a seguir.

Mas será preciso entender também que a História não se repete. Não queremos um novo tenentismo, nem um Estado Novo e nem sequer o estreito quadro da redemocratização de 1945-1946. O sopro da renovação nacional exige hoje que os trabalhadores assalariados tenham voz e vez. Serão os líderes sindicais de oposição, os Lulas, que são muitos, os bispos do povo, com D. Paulo à frente, os pregoeiros da ordem jurídica, como Faoro, os defensores da imprensa e dos meios de comunicação de massa livres, com a imprensa alternativa ativa e a grande imprensa sendo levada a ver pela pressão da opinião pública que seu primeiro compromisso há de ser com o Brasil e com seu povo — eles é que darão à ordem nacional democrática em reconstrução o sentido social que ela requer. A firme defesa dos interesses nacionais — e não necessariamente privatistas — que a economia exige depende da ação política dos líderes do novo Brasil.

É essa a tarefa das oposições. Unir o povo na campanha eleitoral em defesa de seus interesses específicos. Cobrar das lideranças a clarividência da saída civil e democrática. Com firmeza e com esperança, pois se navegar é preciso, as velas que estão pandas hoje são as da Oposição brasileira, embora ainda não se veja claramente o rumo. Mas ele já se deixa vislumbrar. E será a tarefa dos políticos não eleicoeiros colocar acima de suas vitórias pessoais o interesse nacional e popular, dizendo a verdade, doa a quem doer, fugindo da demagogia fácil dos prontos de impacto para tentar construir as pontes capazes de suportar o peso da vontade popular no seu ímpeto de renovação, de construção de uma ordem política democrática, de uma ordem social fundada no consentimento e não na força, de uma ordem econômica equitativa, afinada com o interesse popular.

MEDINDO FORÇAS⁵

O senhor estava entre aqueles que defendiam a criação de um partido popular. Ocorre que o resultado da última eleição reativou a tese da necessidade de se manter o MDB coeso. Qual a sua posição diante desse fato novo?

⁵ Entrevista a Jefferson Dei Rios, “Folhetim”, *Folha de São Paulo*, 25 de novembro de 1978.

- Nós começamos a conversar sobre a criação de novos partidos há algum tempo atrás, na expectativa de que houvesse uma abertura, que não houve. Houve uma frestazinha. A nova lei eleitoral é ainda muito restritiva. Mas o problema maior não é este, é político.

- Todo mundo sabe que, como disse Ulisses Guimarães, o MDB é uma confederação de oposições e, como tal, um instrumento para um momento, precário para o momento seguinte. A questão é saber em que momento estamos: neste ou no seguinte. Eu noto agora um grande empenho do governo em criar novos partidos, empenho por um lado elitista e autoritário e por outro equivocado. De repente todo homem de governo fica insistindo que é preciso partidos ideológicos. O que é isso. Acho que o partido não é só uma questão ideológica, o partido são grupos de homens que têm certos interesses e estão lutando em função de certas posições políticas. A ideologia vai junto disso. Não acho que seja o momento em que se possa preencher abstratamente os vazios ideológicos.

Em que momento estamos então?

- Estamos numa luta concreta cujo principal inimigo continua sendo esse regime que está aí. Essas eleições não foram livres, foram feitas sob a égide da Lei Falcão. Em segundo lugar, não temos eleições diretas para governador e presidente da República. Terceiro: desnaturaram o sistema representativo, fixando arbitrariamente um mínimo e um máximo de deputados por Estado e fazendo deputados proporcionais não ao número de eleitores, mas ao número de habitantes. — Por outro lado, ainda temos o pacote de abril, as leis de exceção e a lei anti-greve. Então, a pergunta concreta é a seguinte: nesse contexto o que nos cabe fazer? Eu acho que o futuro da democracia no Brasil depende da nossa capacidade de criar partidos, não ponho isso de lado não. Ao contrário, acho muito importante. Mas no momento em que o governo insiste tanto em criar partidos, eu desconfio.

Então, o que os senhores pretendem fazer com o MDB?

- Se der para ter mais nitidez de posições, nós já estamos preparando futuros novos partidos dentro do MDB para uma etapa seguinte. Se não der para ter uma nitidez de posições, acho que então o MDB deixará de cumprir sua função. Acho que nós não estamos mais em 1974. Acho muito importante distinguir entre a vitória de 74 e a de 78, porque a primeira foi uma explosão, mas agora não.

- Desta vez foi uma mudança dentro do MDB. O setor autêntico, progressista, à esquerda do partido, saiu vitorioso. Está mais nítida a existência de um setor que vai pesar mais. Então, o partido terá de dar espaço a esse grupo, o que não significa que vai alijar os outros grupos. Nas circunstâncias atuais, caberá a nós concentrar mais o peso da crítica dentro do MDB. Eu li vários artigos nos últimos dias e o Perseu Abramo escreveu um artigo muito sensato na *Folha* onde ele diz exatamente isso, ou seja, já há um partido novo, não um novo partido. Nós precisamos não é de um novo partido, mas de um partido novo.

Como o senhor espera liderar ou articular dentro do MDB o leque ideológico que se formou em torno da sua candidatura?

- Seria um pouco pretensioso eu dizer que pretendo liderar. Eu pretendo exercer o papel que tenho podido exercer, agora de certa forma com mais ressonância por ter passado por um teste eleitoral. O meu papel é de aglutinação das várias tendências do setor autêntico, incluindo o setor liberal do partido. Um partido é a capacidade que você tem de agrupar interesses que podem ser às vezes diversificados, mas que se unem em função de inimigos maiores. É o que tenho feito continuamente aqui em São Paulo. Acho que posso exercer um trabalho desse tipo, por um lado com a ligação direta e pessoal que eu tenho com uma boa parte da bancada recém-eleita. Posso porque eu escrevo e vou continuar escrevendo, principalmente na *Folha*. Posso porque eu tenho uma ligação direta muito boa com a liderança nacional do MDB. É assim que vou ajudar aqueles que pensam da mesma maneira. Você disse que durante a minha campanha se juntaram em torno do meu nome pessoas de tendências diversas. É verdade e eu acho importante porque é assim que se forma um partido.

Em uma das suas últimas entrevistas, o senhor explica o que é a esquerda do MDB, salientando que ela tem determinadas características que não seriam necessariamente “marxistas, etc.”. Mas dentro dessa aglutinação pretendida, como ficariam os “marxistas, etc.”?

- Ficam dentro do mesmo jeito. Acho que qualquer tentativa de isolar os marxistas, etc. seria uma manobra intolerável e antidemocrática. O que você não pode querer é ter dentro do MDB a predominância de uma ideologia estruturada, porque aí estouraria. Acho mesmo que a predominância dessa ideologia estruturada, mesmo fora do MDB, levaria a uma seita. Deve haver uma compreensão da situação política mais do que da situação ideológica.

O tom das suas últimas entrevistas é agressivo. O que alguns setores interpretaram como arrogância e vontade de ditar normas ao partido. O senhor realmente pretendeu alguma coisa além de enviar recados ao grupo fisiológico?

- Não. Os recados são para os fisiológicos. Com relação ao resto eu não tenho nenhuma agressividade. Ao contrário, o papel que posso cumprir é o oposto disso. Se eu sair por aí com um tacape na mão eu vou simplesmente derrapar. Talvez num dado momento, no calor da luta, de repente você se esquentar um pouco mais, mas eu não quero, de maneira nenhuma, dar uma imagem de alguém que vai se arrojar a isso ou aquilo em função de uma votação. Não, não vou.

Fora da área do MDB, o senhor também disse que não receberá ordens de Brizola. É um tipo de agressividade que provocou certo mal-estar, pois, afinal, Brizola não está aqui e não pode participar do debate político.

- Não, não. Com relação ao Brizola foi um mero exemplo. Eu quis dizer que um partido democrático não aceita um caudilho. Poderia ser Brizola, Quéricia, Arraes, Ulisses, quem fosse. Na situação brasileira não cabe mais um partido de caudilhos. O que Brizola tem declarado não é distante do que eu estou dizendo. Ele tem declarado que está disposto a conversar. Mas, por outro lado, acho que algumas pessoas, brizolistas, vêm com uma conversa como se o brizolismo fosse alguma coisa suficiente para esclarecer o que é um programa de partido. Agora, de maneira nenhuma eu excluiria o Brizola por ele estar fora. Ao contrário, eu tive uma excelente conversa com ele em Nova York, e se eu for aos Estados Unidos novamente, se ele estiver lá, conversaremos novamente. Acho que Brizola deveria estar no Brasil, acho correto e legítimo que ele volte. Seria bom vê-lo situado no Brasil. Se aqui, na prática, demonstrar o mesmo bom senso que tem demonstrado nas entrevistas, ele vai ajudar a construir um movimento democrático no País.

Já que estamos tratando de questões delicadas envolvendo suas posições, declarações e a sua campanha, gostaria de saber se o senhor tem ciência de que há dentro de alguns setores do MDB críticas à atuação de sua assessoria direta, acusada de intolerância, arrogância e elitismo, o que teria dificultado certos contatos e combinações políticas.

- Não sei, é possível, mas não sei disso. Na hora da política eleitoral todo mundo fica muito sensível, difícil de conversar. Alguns comitês ficam, algumas equipes ficam. Eu não. Acho que se passar a limpo o que está acontecendo ficará mais maledicência do que algo real. E não há ninguém que tenha influência direta sobre mim, não sou levado por essas coisas. Converso com todo o mundo, faço o maior esforço possível para ser aberto. Não creio que tenha sido intolerante com alguém em particular.

Mas houve um problema na ligação entre a sua campanha com a de alguns deputados. Concretamente, o Alberto Goldman enfrentou um problema de cédulas comuns. O seu comitê, na última hora, não forneceu cédulas na quantidade prometida à campanha do Goldman.

- Isso aí são coisas menores. Todo mundo sabe que eu tive enormes dificuldades financeiras e de organização, posto que havia realmente essa organização. Ao contrário, se alguém recebeu quantidade razoável de cédulas foi Alberto Goldman, por determinação minha. Acho mesmo que as coisas ocorreram ao contrário. Todos sabem que o Goldman, na boca de urna, abriu e colocou a minha cédula e a cédula do Franco Montoro juntas. É certo que houve atraso na entrega do material, mas não contra o Goldman, houve atraso no geral. E devo dizer que não creio que isso tenha maior gravidade. Na hora do vamos ver, o pessoal fica nervoso, quer ter uma votação grande, é normal que aconteça. O que não é correto é imaginar coisas do meu comitê.

Os mesmos setores que o criticavam alegam que o senhor não pode se queixar dos que abriram, ou seja,

fizeram campanha com Franco Montoro, porque o senhor, por sua vez, abriu com candidatos que não são exatamente autênticos, como é o caso de José Camargo.

- Não foi bem assim, não. O José Camargo abriu também. Eu não trabalhei com ele, trabalhei com todo mundo. Acontece que um candidato local, de Guaratinguetá, trabalhou com o José Camargo e comigo. Então, o que se vai fazer? Por essa mesma razão não estou cobrando de ninguém o fato de ter aberto. A minha luta na verdade não é com o Montoro, é com a Arena, com o Lembo. Acho que, como eu tive mais de um milhão de votos, daria para eleger 20 deputados se tivéssemos uma estratégia mais unificada. Teria sido melhor para os autênticos em geral. Não digo isso com mágoa ou com queixa. Muitos não tinham condições de ficar só comigo. E se o tribunal não registra a minha candidatura? Muitos não ficaram por isso, o que eu vou fazer? É um dado objetivo. Outros não ficaram porque realmente tinham medo de ficar só comigo. Desde o início definimos a sub-legenda e que haveria permeabilidade entre os grupos. Muita gente que trabalhou com o Montoro trabalhou comigo. Logo, eu não posso me queixar da recíproca. Não é tão grave. Eu e o Montoro somos do mesmo partido.

Delineou-se, em todo caso, durante a campanha um confronto entre o seu grupo e o do senador Franco Montoro. Há um interesse de neutralização de parte a parte. Como, então, o senhor pretende trabalhar dentro do MDB existindo essa disputa latente?

- Exatamente como vou agir com os outros grupos do partido. Em princípio, não há nada que nos separe contra o inimigo comum, o autoritarismo. Se por algum caso concreto nós nos dividirmos, eu, o Ulisses, o Quércia ou o Montoro, nós nos dividiremos. Mas em tese não tem por que haver uma relação armada, de forma nenhuma. Eu acho que é preciso dar passos adiante. Por que mais de 1 milhão de pessoas votaram em mim? Porque acharam que é o momento de diferenciar. A diferença entre nós dois na campanha é que o Montoro restringiu sua luta basicamente aos temas institucionais: eleições diretas, etc. Eu fui pelos temas sociais. O Montoro pegou no fim os temas sociais porque viu que eu estava crescendo. E o discurso unificou-se. Você nota que os primeiros discursos meus e os últimos do Montoro dizem a mesma coisa. Isso é bom. Na visão que eu tenho, que não é personalística, o importante não é o que eu tenha feito, mas que o partido tenha caminhado numa dada direção.

Quais são os seus planos imediatos de trabalho dentro do MDB?

- Vou ter que conversar primeiro com o pessoal que trabalhou comigo e os que foram eleitos. A questão é essa: muitos dos que estavam comigo não são do MDB. Por exemplo, o Lula não é do MDB. Uma boa parte da liderança sindical não só não é do partido como é crítica em relação a ele. Boa parte dos artistas e dos estudantes é a mesma coisa, dos antigos deputados cassados, como Almino Afonso e Plínio de Arruda Sampaio, é a mesma coisa. Então, eu vou ter de conversar com eles. Eu vou expressar os meus pontos de vista que são os que exponho aqui, mas imaginemos que eles tenham uma visão mais radical com relação ao MDB, que não dá. Vamos ter de discutir. Imaginemos, por outro lado, que eles digam que sim, então vou ter que conversar com o MDB porque essa gente tem de ser incorporada pelo partido. E incorporada como quem tem vez.

O ex-ministro Almino Afonso foi um dos maiores incentivadores da sua campanha e é sabido que ele pretende lançar um movimento para a formação de um partido popular. Agora, porém, prevalece a idéia de fortalecer o MDB. O senhor acha que poderá trazê-lo para o atual partido da oposição?

- Eu tenho que conversar com o Almino, como tenho de conversar com o Lula, com o Plínio de Arruda Sampaio, uma porção de gente. O Almino, quando colocou a questão de um partido popular, estava imaginando também que a democracia brasileira avançasse mais do que avançou. Não sei qual é o ponto de vista do Almino hoje. Conversar sobre política é medir forças. Nós não podemos fazer um partido sectário nem local. É preciso ver o que pensam o Jarbas Vasconcelos e o Marcos Freire em Pernambuco, o Lisâneas Maciel e o Roberto Saturnino no Rio, o Pedro Simon e o pessoal que está à sua esquerda no Rio Grande do Sul. Não é? O que pensa o Aírton Soares, o Alberto Goldman, o Flávio Bierrembach, o Eduardo Suplicy. O que pensa o Brizola, o Arraes, o que pensam as lideranças que estão marginalizadas e que têm algum efeito no Brasil.

Quer dizer que, prioritariamente, o senhor pensa em se avistar com esse pessoal e chegar a um consenso?

- Não tem dúvida nenhuma, temos que caminhar juntos. Como eu não sou individualista, nem voluntarista, acho que temos que conversar e articular tudo isso. O Almino está nesse quadro, como está o Mário Covas. Quem mais me deu a mão nessa campanha foi o Covas. Não estou dando nenhum passo precipitado porque seria vedetismo inútil. O que o Almino Afonso defende é um partido democrático, popular, e que tenha uma visão socialista. O MDB não tem essa visão socialista. Como vamos compatibilizar essa visão com o MDB? É possível um partido com tendência socialista hoje no Brasil?

Comenta-se que o senhor, tendo ao seu lado uma parte da liderança sindical que atua paralela ao MDB, poderia romper com o partido e criar outro movimento com certa base operária.

- Talvez eu tenha força para isso. Agora, eu também tenho responsabilidade política. Eu não farei nada em termos pessoais, não tenho ambição de ser o dono da bola. Eu tenho realmente intenção de influir dentro de um contexto mais amplo. Não estou dizendo que isso não ocorra no futuro, mas para que prejudicar o futuro? No momento tenho que saborear a vitória, e foi uma vitória do MDB e das forças democráticas contra o regime que está aí. Não usarei a minha voz para fazer coro ao Golbery. Eu sou de vida política previsível. Basta ver o que eu fui no passado. Nunca tive uma política personalista, nada disso, não é o meu jeito. Não sou um homem de jogadas. Eu concordo com o Perseu Abramo: há um partido novo no Brasil. Esse partido novo está em parte no MDB, em parte fora. Dá para fazer um ponto de união entre eles?

E se não for possível?

- Imaginemos que o MDB não tenha um comportamento à altura do momento, que a massa fisiológica e o adesismo pesem mais do que a gente está imaginando. Então eu saio e não é uma coisa pequena, sectária. Sairemos. Outra coisa é o PTB que está sendo lançado aí. Quem está fazendo partido é o PTB.

Existem duas correntes pensando em PTB. Uma é a do Brizola, a outra é a da Ivete Vargas. A qual delas o senhor se refere?

- O PTB mesmo que pesaria seria o do Brizola. Então, se é constituído o PTB, como é que fica?

Exatamente o que eu gostaria de saber. Como é que o senhor fica se surgir o PTB?

- Eu acho que depende de ver se as forças novas do Brasil topam ou não topam. O Lula topa? O setor mais avançado da Igreja topa? O setor estudantil e autêntico do MDB topam? Se toparem é o MDB dos nossos sonhos. Se não toparem é o passado e eu não compro o passado.

O senhor já declarou guerra aos fisiológicos e adesistas do MDB. Falta saber agora qual é o seu plano de combate.

- Eu acho que deveremos enrijecer as posições. A situação exige uma posição firme com o governo. O MDB foi maioria na Assembléia em 74 e o Paulo Egídio não teve problemas. Agora vem o Maluf aí pela frente e eu acho que ele tem que ter problemas. Vem o Figueiredo aí pela frente e ele tem que ter problemas. O MDB não pode conceder em questões essenciais. Temos que dar ênfase maior à política econômica e social, principalmente à redistribuição de renda. Nós vamos ter na Câmara quase o mesmo número de deputados da Arena. Nós vamos ter no Senado a oportunidade de fazer comissões de inquérito.

Sim, mas eu gostaria de saber como, objetivamente, o senhor vai atacar os fisiológicos.

- A única atuação possível é com a bancada estadual e federal e com a direção nacional. E eu vou continuar atuando junto à direção nacional, como sempre tenho feito. Não vou usar isso para fazer ameaças. Não vou dizer: se fizerem isso, faremos tal coisa. Mas isso está virtual. Eu representei nesse momento uma ampliação do partido. Se o MDB quiser marchar nessa direção, vai ter que dar mais espaço para todos nós.

O senhor já entrou em contato com a alta direção do MDB?

- Conversei só pelo telefone com o deputado Ulisses Guimarães e encontrei nele, como sempre, a melhor disposição. Conversei com o Quéricia também pelo telefone. Conversei pessoalmente com o Montoro e vamos ter que conversar mais. Essa campanha toda foi feita sem arranhões pessoais.

O senhor encontrou dentro do MDB alguma resistência declarada à sua atuação?

- Encontrei resistência na convenção, onde muita gente não queria que eu fosse candidato. É normal, um partido é isso mesmo. Depois encontrei, não resistência ativa, mas descrença, especialmente porque há esse preconceito antiintelectualista, essa bobagem de que o intelectual não pode participar como o povo, esquecendo-se que o Montoro é professor, todo mundo é professor. Acho que os dados demonstram o contrário. Tive uma votação ampla no interior e na capital. O percentual mais alto foi alcançado em São Caetano e na Baixada Santista, acima da média em todo o ABC e na Grande São Paulo, o que mostra que a votação foi espalhada e foi maior quando há mais industrialização, mais setor popular. Onde tive votação relativamente menor foi na periferia, mas bem maior que a do Lembo. A razão é óbvia porque na periferia o Montoro é mais conhecido. Então, o que era uma resistência passiva dentro do MDB passou a ser um certo espanto no fim.

O MDB não estaria incorrendo no risco do triunfalismo quando alguns dos eleitos começam a fazer pronunciamentos agressivos, com relação às áreas estadual e federal?

- É possível, mas você tem que fazer um pouco disso porque senão você não mobiliza. O MDB tem que dar as cartas, tem que cantar grosso. Eu acho que esse triunfalismo está respaldado por um triunfo real. Nós temos uma diferença de 5 milhões de votos sobre o governo no cômputo global. O setor autêntico tem que avançar, o que não significa liquidar o setor liberal do partido, mas sim atrair a ala liberal para essas posições e isolar o setor adesista.

Como o senhor está interpretando o quadro nacional no momento da transição para o governo do general João Batista Figueiredo?

- O dado mais importante na conjuntura é a falta de credibilidade do governo. Você não governa sem credibilidade. Maluf e Figueiredo é uma dupla que está sob mira. Não tem credibilidade na própria classe dominante, entre os empresários, não tem credibilidade na Igreja, entre os operários. Isso, ao mesmo tempo em que pode facilitar uma transição, é um problema difícil porque um governo sem credibilidade se torna um governo errático, capaz de dar golpes a esmo.

Diante desse perigo, qual será, na sua opinião, o papel do MDB ou do seu grupo dentro do partido?

- Cabe a nós constituirmos alternativas. Acho que esse governo historicamente está esvaziado. Nosso papel é o de dar uma força político-moral ao partido da oposição.

A sua alternativa passaria por alguma espécie de composição com os militares?

- No Brasil não há uma alternativa de poder sem os militares. O MDB, a meu ver, tem que ter uma política para os militares. Assim como o governo perde credibilidade, nós temos que ganhar credibilidade. É preciso ganhar a confiança de que seremos capazes de mudar o Brasil, não só governar. A coisa é simples em linhas gerais e muito difícil na prática. É preciso mudar essa sociedade, que é basicamente elitista, de super-exploração, assimétrica socialmente. É preciso estabelecer igualdade entre regiões, diminuir a diferença entre grupos. Isso só se faz com democracia, que significa o reconhecimento da legitimidade do conflito. Isso inclui a greve, a pluralidade partidária, a liberdade de falar. Se eu pudesse imaginar qual é o partido ideal para mim, acho que deveria ser um misto de PTB com PS. Quero dizer com isso, um PTB sem caudilho e sem ligações com o Estado, enraizado nas massas e com democracia interna, que tivesse o objetivo claro de diminuir as diferenças sociais e aumentar a capacidade da população de participar das decisões econômicas.

O senhor parece sintonizado com os projetos da Internacional Socialista para toda a Europa e ultimamente para a América Latina.

- Eu não sei, nem acompanho na verdade. Você pode dizer que o Partido Comunista Italiano pensa a mesma coisa e no entanto não faz parte da Internacional Socialista. Outros partidos que não estão em nenhuma dessas tendências pensam a mesma coisa.

O senhor não tem ou teve nenhuma ligação com a direção da Internacional Socialista?

- Nem conheço. Não tenho nenhuma ligação e não quero ter. Seria colocar o carro diante dos bois, só serviria para uma exploração interna dessas comuns em países provincianos como é o nosso. Eu acho normal ligações assim, o Brizola tem ligações, mas isso é usado aqui no Brasil como instrumento de baixa política. Não creio que seja interessante, o pensamento da Internacional Socialista na Europa não vai mudar nada aqui.

O senhor tem algum plano para tentar mudar o comportamento das lideranças sindicais que atuam mais como franco-atiradores, como parece ser o caso do Lula, sem compromissos partidários?

- Eu não creio que o Lula corra como franco-atirador. Tenho estado bastante próximo, não só ao Lula, mas a muitos dirigentes sindicais e estou convencido hoje que existe uma equipe grande desses dirigentes que estão afinados. Se eles não tocam na mesma partitura, eles são bons de ouvido e tocam no diapasão correto. Eles querem ter um certo peso na decisão sindical e nacional. Não acredito que o movimento sindical isolado possa levar a uma transformação da sociedade, mas acho que sem ele não se faz nada. Tem que haver uma relação entre o movimento sindical e o movimento político. Nunca pretendi nem pretendo exercer nenhum papel específico com relação aos sindicatos. Não creio que seja a minha tarefa. Seria desnaturar o que é o movimento sindical e o que é a relação correta entre um político e o movimento sindical. Acho que nós devemos ajudar a dar um espaço para o movimento sindical e prestar muita atenção porque ele vai ser importante no Brasil.

Na área partidária, existem brigas dentro do MDB, perigosas para a sua unidade. O senhor pretende atuar para que não se alastrem esses atritos surgidos no período eleitoral?

- Nos setores próximos a mim, certamente.

Seria interessante traçar agora o seu perfil acadêmico, pois a grande maioria dos seus eleitores não conhece direito a sua carreira até ser candidato. Como começou a sua vida universitária?

- Começou em São Paulo. Fiz todo o meu curso na USP e quando estava no 4º ano de Ciências Sociais fui nomeado, em 1952, assistente de história econômica na Faculdade de Economia. A titular era a Alice Canabrava. Fiquei dois anos lá e depois passei para a Faculdade de Filosofia, onde fui auxiliar de ensino do professor Roger Bastide. O prof. Florestan Fernandes era o 1º assistente. Depois fiz a minha carreira na cadeira de sociologia, primeiro com o Bastide e depois com Florestan. Fiz mestrado, doutoramento e livre-docência em sociologia, sempre na USP.

O que o senhor estava fazendo em 64?

- Quando veio o golpe de 1964 eu estava me preparando para fazer o concurso de cátedra em sociologia. Nessa altura eu estava muito envolvido na vida universitária. Fui representante no Conselho Universitário, primeiro de ex-alunos, depois de doutores, depois de livre-docentes. No Conselho estive em choque com várias outras pessoas, especialmente com o como é que se chama?, o Gama e Silva — que veio a ser ministro da Justiça e que propôs a minha aposentadoria. No Conselho Universitário eu trabalhei muito próximo do reitor Ulhoa Cintra e tive talvez uma certa influência, junto com vários outros professores, no movimento de modernização da Universidade. Por exemplo, a criação da FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de São Paulo).

Com 1964 todo o seu trabalho foi suspenso?

- Com o golpe, eu me afastei com a ilusão de que a Universidade me fosse conceder o afastamento, coisa que tinha sido combinada com o reitor em exercício, Mário Guimarães Ferri, que não cumpriu a palavra. Não me deram o afastamento e fiquei numa situação difícil porque eu saí do Brasil, havia perseguição aqui. Fui desligado da USP e fiquei quatro anos no exterior. Fui primeiro para a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), no Chile, que é um órgão da ONU, onde fui diretor da divisão social enquanto lecionava na Universidade do Chile. Depois, dei aulas em vários países da América Latina.

Além de ter sido desligado da USP, o senhor foi processado.

- Sim, foi um processo contra mim, Mário Schemberg, Florestan Fernandes e contra o professor João Cruz Costa. O processo foi de 1964 a 1967, mas eu ganhei.

Quais eram as acusações que pesavam sobre os senhores?

- Cada um tinha as suas acusações. Eu nunca cheguei a ver de perto a denúncia, mas eu fui acusado, por exemplo, de ter sido favorável à Petrobrás, coisa que eu fui efetivamente, e outras coisas ridículas. O processo foi trancado no Supremo Tribunal Militar depois do voto do general Pery Beviláqua, que protestou energicamente pelo fato de terem determinado prisão preventiva em função disso. Nessa época eu estava fora, na América Latina, escrevendo trabalhos. Eu tenho mais livros fora que dentro do Brasil, especialmente sobre a dependência e desenvolvimento na América Latina, traduzidos em inglês, francês, alemão, sairá em japonês brevemente. Provavelmente ajudei a formação de toda uma geração na América Latina com esses trabalhos. Daí fui para a França, em 1967, como professor da Universidade de Paris, em Nanterre. Em seguida me readmitiram na Universidade de São Paulo, depois de trancado o processo. Devo a minha readmissão ao professor Florestan Fernandes. Vagou-se uma cátedra de ciência política com a morte do seu titular, Lourival Gomes Machado. Vim da França para fazer o concurso e ganhei o lugar, em outubro de 1968.

Mas a cassação ocorreu em seguida.

- Em dezembro veio o AI-5 e em abril fui aposentado compulsoriamente. Então, você vê que estou fora da USP desde 1963, quando ministrei o último curso regular. A parte mais conhecida da minha carreira foi feita fora do Brasil. Depois que me aposentaram participei da fundação do CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento) junto com outros colegas. Continuamos trabalhando aqui, mas parte desse tempo, quase 10 anos, eu dei aula em toda parte no estrangeiro, os últimos postos foram em Cambridge, na Inglaterra, onde fui titular, em Princeton, nos Estados Unidos.

Em que circunstâncias se processou a sua cassação na USP?

- Não teve circunstância nenhuma. Eu ouvi pela “Hora do Brasil” que estava cassado. Aposentado. Fui nomeado em outubro e cheguei a dar um mês e meio de aulas e já fui afastado. Não deu nem tempo de fazer alguma coisa que fosse contrária a qualquer coisa da Universidade. Foi arbítrio puro.

O senhor fez uma referência à participação de Gama e Silva no caso.

- Ah, sem dúvida. Foi ele quem articulou esse negócio todo. No mínimo não fez o que deveria ter feito, defender a Universidade. Ao contrário, na verdade, desde 64, criaram uma comissão dentro da Universidade que indicou os nomes dos que deveriam ser cassados. Não foram. Os militares não seguiram a vontade sanguinária de cassar gente em 1964. É preciso dizer que há professores na Universidade que dedaram os seus colegas. Assumiram a tarefa repressora com o entusiasmo na alma. Do meu ponto de vista estritamente pessoal, foi bom, eu fiquei com projeção internacional, andei pelo mundo afora. Agora, do ponto de vista brasileiro, foi lamentável.

O senhor vai lutar para recuperar a sua cadeira na Universidade?

- Não creio que seja o caso de eu me lançar à luta. A situação ficou anômala porque eu posso ser senador, é só o Montoro pedir licença: assumir o cargo, fazer discursos, votar, mas não posso dar aula na USP. É um fato objetivo e a partir daí, cabe uma ação popular, os próprios professores da Universidade creio que já estão se mexendo, não em função de mim, mas como um exemplo. Isso serve para todos os outros porque o fundamento pelo qual fui afastado é igual para o Florestan Fernandes, Mário Schemberg, Jaime Timono, Leite Lopes e outros. Então, foi importante a luta que travei nos tribunais pela minha candidatura. Muito pouca gente acreditava que eu pudesse vencer. Só a direção do MDB comprou a briga, isso precisa ser dito. Foi uma luta democrática pelo restabelecimento de direitos. Foi a primeira vez que um caso de AI-5 foi derrotado pelo tribunal. Só isso para mim já valeu a candidatura.

Como se processou a sua entrada na política mais direta?

- Quando eu voltei para o Brasil, quem nos procurou no CEBRAP foi o Ulisses Guimarães que, em companhia do deputado Pacheco Chaves, foi várias vezes lá. O Ulisses foi persistente, queria uma colaboração nossa. Ele tinha sido antecandidato e achava que ia haver uma virada e pensava em um passo adiante na programação do MDB. Queria a nossa ajuda para isso. Eu, junto com dois ou três companheiros — o CEBRAP nunca porque não pôde — aceitamos dar uma colaboração, que foi dada, à executiva nacional do MDB. A idéia era uma só, tomar as teses de democratização e dar a elas um conteúdo social. Quer dizer, a intersecção entre liberdade e lutas sociais, salários, deveria ser o tema do MDB. Fizemos o livrinho da campanha de 74 que foi distribuído em todo o Brasil. Depois, em 76, de novo. Mas, antes disso, em 70/71 eu ia muito ao Rio Grande do Sul, com o Pedro Simon, onde fazia conferências e já dizia que o regime é autoritário, tem base militar, se mantém pela violência e com uma política salarial repressiva. Era isso que nós dizíamos nos anos do “milagre”. Havia o milagre e a repressão. Assumi uma posição clara de um professor que resolveu ficar no Brasil, mas que não queria pagar o preço de calar a boca por estar aqui. O Pedro Simon sempre me apoiou, eu tenho muito respeito por ele, foi uma boa coisa sua eleição para senador. Ele fazia o equilíbrio, é um homem do centro, mas um centro que sabe valorizar' as coisas, sólido.

Quando se começou a falar na sua candidatura?

- Muita gente havia falado da necessidade de uma abertura do MDB para setores mais combativos e falou-se na possibilidade de eu ser senador. Eu achei que era inelegível. Em todo caso, tive uma conversa com o Ulisses Guimarães sobre isso e ele achou que valeria a pena. Eles sondaram a questão da inelegibilidade. Devo dizer também que o Orestes Quércia, no momento decisivo; não fechou as portas do MDB. Ele entendeu que era necessário abrir um espaço. Depois foram os deputados, o Goldman, o Freitas Nobre, o Airton Soares e vários outros. Não estavam contra o Montora, nem era a minha proposição. O Montora no primeiro momento resistiu, mas viu que era assim mesmo e pronto. Teve um comportamento correto durante a campanha.

Comentou-se bastante, mas sempre de passagem, o passado político da sua família, principalmente do seu pai. O senhor guarda lembranças fortes desse período de política doméstica?

- Meu pai, Leônidas Cardoso, era militar e advogado e foi um homem muito ligado aos movimentos populares. Foi um dos chefes da famosa passeata das panelas vazias em São Paulo, em 1953, tinha muita ligação com o meio sindical, a periferia e era do PTB. Foi eleito deputado e teve um papel bastante ativo na época. Assisti a tudo isso, não muito de perto, estava na carreira universitária que, em várias fases, é exclusiva. Mas não fiquei alheio à transa política. Meu pai foi tenente em 22 e meu avô Joaquim Inácio Batista Cardoso, foi um dos poucos generais solidários com os tenentes. Todo esse pessoal, Cordeiro de Farias, Juarez Távora e o Prestes conheceram o meu avô e meu pai.

O general Golbery, que é tido como um homem habilíssimo na cooptação de pessoas, nunca o chamou para uma conversa sobre os velhos tempos militares dos seus parentes?

- Não. Estive uma única vez com o general Golbery, em 1974, a pedido meu, por causa da censura na revista *Argumento*. Esgotados todos os recursos, pedimos uma entrevista com ele.

Como foi o encontro?

- Foi uma entrevista durante a qual discutimos a censura. Ele fez ainda perguntas sobre torturas, ele era contra. Perguntou se o pessoal do CEBRAP havia sido torturado, citou alguns nomes. Disse que eles estavam dispostos a acabar com aquilo. Respondi que era muito difícil porque era um sistema.

Como o senhor acha que será o governo do general Figueiredo?

- Desastrado. Falta ao general Figueiredo aquela força que não se pode negar ao general Geisel. O atual presidente tem uma vontade firme, uma certa linha, que eu não concordo, mas reconheço que ele tem. O general Figueiredo não. Diz que vai ser democrata na marra, não se vê uma coerência.

O senhor se alinha entre aqueles que crêem que ele não chegará ao final do mandato?

- Dadas as circunstâncias da mudança da sociedade brasileira e se for verdade o que estou comentando, que falta a ele essa linha, acho que vai ser difícil porque ele terá um Congresso combativo, uma opinião pública hostil, uma imprensa hostil, uma Igreja hostil, um operariado hostil. Só se demonstrar que não é o que a gente pensa que ele é.

Como o senhor vê a transição final do Brasil para o pleno estado de direito?

- O pleno estado de direito supõe uma Assembléia Nacional Constituinte, é fundamental. Agora, tão importante quanto isso é nós passarmos por um período de exercício de liberdades. Por isso eu acho que é um pouco precipitado tudo com relação aos partidos. Você precisa ter um momento em que a sociedade se repense, se reorganize e se reestruture. Acho que deveríamos ter um período de convocação dessa Assembléia em que as forças políticas pudessem se rearticular em função disso. Para tanto é preciso haver anistia, acabar o pacote de abril e as leis restritivas. É claro que não teremos uma democracia que perdure se não formos capazes de usar esses instrumentos todos de uma maneira coerente. Então eu digo que é preciso ter um momento de exercício de liberdade e tudo isso tem de ser cercado com uma Assembléia Constituinte, que é a tese do MDB.

ESQUERDA, “BEAUTIFUL PEOPLE”⁶

Quando você foi candidato, teve uma expressiva votação de esquerda aqui em São Paulo e também, com o que muita gente se surpreendeu, uma expressiva votação do chamado Beautiful People. Como é que você explica essa aliança?

- Essa aliança não é peculiar a mim, nem ao Brasil. Em certas circunstâncias se dá esse fenômeno pelo lado da inovação, de alguma coisa não rotineira. O chamado *beautiful people* gosta do novo. E a esquerda, quando tem vitalidade, propõe algo de novo também. Então, é por aí que se juntam as duas coisas. E, por outro lado, eu sou professor e intelectual, e o Brasil é um país onde isso é valorizado. Ao mesmo tempo que pode ser uma coisa muito mal vista, pode ser também um fator de atração. Eu acho que também é pelo lado racional, ou seja, gente que pelo menos propõe alguma coisa.

Mas se a gente recuar um pouco e mesmo na sua campanha política, a sua pregação política, quer dizer, a novidade que você representava, era a de um político que fazia uma proposta até certo ponto socializante. Isso para a chamada burguesia seria uma atitude suicida, pois embarcar nessa novidade seria contrário aos seus interesses.

- Mas você sabe que, especialmente nos países como o Brasil, um setor da burguesia, do empresariado, das classes dominantes é ilustrado, passa pelas universidades, gosta de um relacionamento que não é um relacionamento a partir de seus interesses, mas a partir da sua visão do mundo. E quando não se está numa situação definitiva, e não há um confronto de classes importantes, eles arriscam bastante. Não é um fenômeno novo. A esquerda toda aqui em São Paulo tem votação nos bairros de classe média e classe média alta. Eu verifiquei os dados e descobri que os deputados mais combativos têm a grande votação aí, não na grande periferia. Isso porque, para você chegar até lá, leva tempo, precisa que os nomes sejam divulgados pelos veículos de comunicação. Enquanto nos bairros de classe média e de classe média alta, a coisa vai mais rápido. Eles aceitam as críticas. Num país como o nosso onde a desigualdade é tão grande, onde as injustiças são tamanhas, onde a concentração de renda é tão brutal, onde o Estado é tão prepotente, um setor das classes dominantes fica revoltado com isso e aceita as críticas mesmo sendo elas socializantes.

Pelo que você está dizendo, as classes menos informadas são mais conservadoras?

- As classes menos informadas, no seu comportamento dentro do trabalho não podem ser conservadoras, porque elas são exploradas e aí elas têm uma posição mais dura. Mas no que diz respeito ao conjunto das coisas, a mudança de comportamento, ela é mais conservadora.

⁶ Da entrevista a Oswaldo Martins, *Interview*, fevereiro de 1981.

Quando eu digo conservadora, digo a que retém por mais tempo seus valores, porque demora mais para conquistá-los.

- Não tenha dúvida. Elas são submetidas a menos fluxos de renovação.

Politicamente, não é mais fácil você encontrar um reduto janista na periferia do que no Jardim Europa?

- Certamente, certamente. Há os deputados chamados populistas, fisiológicos, alguns adesistas do MDB, vá ver onde está a votação deles. Na periferia! Isso não quer dizer que seja sempre assim. Eu fiz um grande esforço na campanha para chegar a esses lugares. Eu ia com o Lula, que me ajudou muito, nas portas de fábricas. Você se lembra como não era fácil a coisa. Quer dizer, eu sempre fui bem recebido, mas a gente percebia que mesmo o Lula não era conhecido naquela época. E o pessoal ouvia, ouvia e ia votar: Montoro. Por quê? Porque o Montoro já estava enraizado. Acredito que normalmente a inovação tem um momento em que ela parte das classes que têm ilustração, que têm uma certa cultura, etc., etc...

Que lê jornal...

- Vê a televisão, ouve rádio. Mas hoje nós temos um movimento contrário, ou seja, a Igreja, muita gente trabalhando com grupos de base, em termos de partido, e já começa a ter um certo fluxo que vem da periferia. E aí, quando isso acontecer com mais força, eu acho que a periferia vai propor os seus candidatos. Eu mesmo tive, na zona Leste de São Paulo, 300 mil votos, que é voto pra burro, para quem não era conhecido. Mas tudo isso graças à ação molecular, quase, desse tipo de gente e também de alguns deputados que têm curso grande nessa região.